



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO	
M. E. C.	
-4. DEZ. 1958	010778
SERVIÇO AUXILIAR	
EXPEDIENTE	

Do Diretor do Ensino Secundário

Ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura - NESTA

Assunto

Senhor Ministro:

Em atenção ao que nos foi solicitado por V. Ex^a., temos a subida honra de apresentar-lhe o relatório das atividades da DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO, no corrente ano.

Procuramos analisar os resultados obtidos no presente exercício, sugerindo maior amplitude de realizações para o ano de 1959, no setor confiado a nossa administração.

Neste ensejo, reiteramos, a V. Ex^a., nossas expressões de elevado apreço e distinta consideração.

GILDÁSIO AMADO

Diretor do Ensino Secundário

OTF/EM.

Duas tendências estão caracterizando a evolução da educação secundária: sua propagação cada vez maior às classes média e populares e sua adaptação à variedade de aptidões individuais e às necessidades da vida moderna.

Até o fim do século XIX, a escola secundária era reservada a certas categorias sociais, era o caminho natural para o ensino superior, a escola preparadora dos intelectuais, das classes dirigentes. A aceleração da evolução econômica, em razão dos formidáveis progressos da técnica, cujo poder as guerras mundiais exibiram de modo espetacular, e paralelamente a evolução social e a própria evolução política, acentuando e alargando a noção de democracia, transformaram profundamente a concepção geral do ensino, sobretudo do ensino secundário, que passou a constituir o instrumento mais importante da formação do indivíduo e do cidadão do mundo moderno. A escola secundária preparatória de uma elite, base dos estudos universitários, deu lugar a uma instituição maior e mais rica, destinada a preparar para viver, para agir, e para compreender os complexos problemas de uma nova civilização.

O reconhecimento de que o ensino secundário já não é, especialmente na sua primeira etapa, um ensino propedêutico, ligado especificamente ao ensino superior, já se incorporou ao pensamento educacional brasileiro. Essa foi, pelo menos, a intenção do legislador, através das reformas Rocha Vaz, em 1925, Francisco Campos, 1931, e Gustavo Capanema, de 1942, as quais se inspiraram no propósito de eliminar do ensino secundário o sentido meramente de passagem, de transição para estudos de nível mais elevado.

Quão longe estamos porém de ver realizadas essas intenções! A medida realmente mais objetiva neste sentido, que é a divisão em dois ciclos, dos quais o ginásio seria o verdadeiro ciclo secundário, com aquele sentido de formação geral, inespecífica, frustrou-se, em sua quase totalidade, como consequência da sua estrutura rígida, da uniformidade e da complexidade de seu currículo. De modo que a lei, guiando-se pelo bom princípio de que a escola secundária, o curso ginasial, deva encontrar objetivo em si próprio, lhe deu uma forma inflexível, anulando-lhe os objetivos e, indiferente ao acelerado crescimento desse ramo de educação, com a conseqüente heterogeneidade da população que o frequenta, deu como resultado o abaixamento geral do nível do ensino.

É fora de dúvida que a população secundária continuará a crescer no Brasil como está ocorrendo em toda parte. Assim é que, só na última década, de 1947 a 1957, aumentou a matrícula nesse ramo de ensino de 114%, enquanto o ensino comercial teve um aumento de 65% e o industrial somente de 3%. Continuará a crescer o ensino secundário, como um movimento natural, uma corrente inestancável, sob a pressão das forças sociais, dos interesses econômicos. Continuará a crescer também como consequência da consolidação do ideal democrático da igualdade de oportunidade para todos. Continuará a crescer porque o ensino primário já não é suficiente para dotar o indivíduo e o cidadão do nosso tempo dos recursos de que necessita para a sua adequada integração na vida moderna e até mesmo para o próprio desempenho de suas tarefas profissionais, que estão a exigir conhecimentos gerais mais extensos e, por consequência, uma escolaridade mais longa.

Esse incessante movimento levará, necessariamente, um dia, à obrigatoriedade universal do ensino de segundo grau, já instituída nas nações mais civilizadas.

E continuará a crescer o ensino secundário independentemente do desenvolvimento que tiverem os cursos profissionais. O preconceito da superioridade do ensino acadêmico, de que é este ensino que dá o preparo básico para as profissões que gozam de maior prestígio social, é ainda muito acentuado, não só no Brasil, como em quasi todos os povos.

Os aumentos de salários das profissões técnicas, o aperfeiçoamento das escolas e métodos, a valorização oficial, poderão dar impulso ao ensino profissional e até aumentar-lhe o prestígio, na opinião pública, mas não acreditamos que isso possa alterar o ritmo de crescimento do ensino secundário. Não creio que a preferência acentuada que por ele se manifesta em todo o país, seja uma simples questão de preconceito, porque o que se está buscando, na escola secundária, é a cultura geral, a formação básica, sem definidas especializações, uma educação que, atendendo embora as inclinações individuais, não tenha ainda caráter de preparo tipicamente especializado. A população que está enchendo a escola secundária, se não tem em sua maioria aptidão para os estudos teóricos desenvolvidos que o ginásio oferece, também não quer ir para a atividade técnica propriamente dita. A maioria desses estudantes destina-se, na verdade, às carreiras não técnicas ou semi-técnicas, que dia a dia se multiplicam (administração, transportes, serviços de saúde e serviços sociais, imprensa, rádio, televisão, artes diversas, etc.)

Vê-se, assim, que não é tão simples a solução, que fre -

quentemente se propõe entre nós, do descongestionamento da escola secundária pelo encaminhamento maior de sua população para o ensino profissional. Para isso, seria necessário vencer as arraigadas resistências de opinião a que já aludimos, além de não corresponder essa solução à realidade dos problemas que caracterizam a situação. É claro que o ensino profissional deve ter maior desenvolvimento, e nesse ponto realiza o atual Governo extraordinário esforço merecedor dos aplausos gerais. Mas, o desenvolvimento do ensino industrial, creio, não resolverá o problema central do ensino secundário, que é o seu congestionamento, a concentração num sistema rígido de uma multidão de elementos das mais variadas capacidades.

Daí a necessidade de diversificação. Dessa elevação progressiva das massas populares a formas e níveis de ensino outrora reservados a uma minoria, decorre a necessidade imperiosa de uma estreita adaptação do ensino à variedade de aptidões individuais e às necessidades da vida moderna. Sim, por que a ampliação quantitativa da escola secundária mudou sua significação, ampliou-lhe as finalidades. A realidade, marcada por aquele crescimento realmente extraordinário, está assim impondo modificações que a lei não soube por em prática, não obstante as excelentes intenções do legislador. Na verdade, o que se observa é que a escola secundária, e especialmente, o ginásio, está se transformando por força das circunstâncias, mas irregular e confusamente, escapando como pode à artificial padronização oficial. Sim, por que existe realmente o mesmo ensino, como a lei determina, em todo o país? Não, nem poderia existir. O que se verifica, na prática, é que se força uma diversificação, isto é, a escola procura amoldar-se às contingências, vencendo o conflito entre a uniformidade do sistema legal e a diversidade de níveis intelectuais e de aptidões dos alunos. Essa diversificação desordenada redundará necessariamente em baixa geral do padrão do ensino.

Em torno dêsse ponto fundamental, o reconhecimento de que a escola secundária de hoje é muito diversa da do começo do século, é uma grande escola geral e popular, um vasto sistema canalizador de capacidades, é que, a nosso ver, se deveria concentrar especialmente a atenção dos observadores, dos comentadores, dos críticos dos planos de reforma que estão no Congresso Nacional. As críticas a êsse plano tem, em grande parte, quer me parecer, um erro de perspectiva, constituído pela visão de uma situação nova com uma série de conceitos do passado.

Por todos êstes motivos, o problema principal do ensino secundário é o de sua reforma, através de Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional e do projeto que altera a Lei Orgânica, em curso no Congresso Nacional, os quais em grande parte atendem às necessidades maiores dêste ensino, dando-lhe maior flexibilidade, simplificando-o no currículo e nos processos, atribuindo maior autonomia, às instituições escolares, transferindo para a esfera executiva vários preceitos que atualmente são da competência do Legislativo e dêsse modo, oferecendo margem a mais facil adaptação da estrutura legal às situações reais, determinadas pela experiência.

Na expectativa da renovação que êsses projetos de lei representam, a ação da Diretoria do Ensino Secundário se vem desenvolvendo em dois sentidos principais: no setor administrativo, a descentralização de seus serviços, no setor pedagógico, a formação e o aperfeiçoamento dos professores, o esclarecimento dos problemas relativos à administração escolar, através de Jornadas de estudos de diretores e cursos para secretários de estabelecimentos de ensino, orientação relativa às construções escolares, aperfeiçoamento do ensino em geral e das ciências experimentais em particular, publicações diversas que visam a elevar o nível didático do ensino, debates e realizações sobre orientação educacional, por cujo intermédio se começa a implantar na escola secundária essa atividade do maior interesse para a formação da juventude, objetivos êsses que já estão em plena realização e aos quais nos referiremos de modo mais detalhado em outras partes desta exposição, na qual apresentamos também os projetos que pretendemos executar a partir de 1959, através da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) graças ao aumento de recursos orçamentos previstos para o próximo exercício.

Principais realizações em 1958

I - Descentralização administrativa

Várias providências foram tomadas para descentralizar os serviços administrativos da Diretoria, dando maior autonomia às Inspetorias.

1.1 Em 1958, foi iniciada a descentralização financeira, da Diretoria para as Inspetorias Seccionais, que foram dotadas de verbas necessárias às suas atividades, e que por elas ⁵²⁰ diretamente movimentadas através das Delegações Fiscais, nos Estados. O sistema de descentralização, nesse setor, ainda que complexo e dependente de uma série de providências que pela primeira vez deveriam ser tomadas por esta Diretoria, trouxe uma sobrecarga de trabalho acentuada para as Inspetorias Seccionais, cujo aparelhamento foi se compondo de acôrdo

com as necessidades. Pelos dados que estão chegando, porém, a esta Diretoria, pode-se dizer que o sistema foi executado acima das expectativas que havíamos previsto. A distribuição das verbas veio proporcionar às Inspetorias Seccionais maior mobilidade nos seus serviços e todas elas tiveram a maior parte de seus problemas de instalação e outros resolvidos. O Serviço Auxiliar da Diretoria acompanhou de perto a execução do novo sistema, providenciando, prontamente, junto a todos os órgãos do Ministério, as medidas de assistência que se tornaram necessárias em virtude da delegação de competência dos vários serviços anteriormente afetos a Divisões do Ministério e que passaram a ser executados pelas Inspetorias Seccionais.

Ficaram concentradas na Diretoria, em 1958, somente as verbas referentes a passagens, ajudas de custo e aquisição de material de expediente. Considerando, porém, os bons resultados obtidos, no corrente ano, a descentralização financeira abrangerá, em 1959, também as verbas acima referidas.

1.2 Na Seção de Prédios e Aparelhamentos Escolares, outras providências foram levadas a efeito, no mesmo sentido de descentralização administrativa, valorizando-se a tarefa das Inspetorias Seccionais.

Assim, foram baixadas cinco portarias, delegando competência às Inspetorias Seccionais para:

- a) aprovarem a mudança de denominação de estabelecimentos.
- b) autorizarem o funcionamento do segundo ciclo "ad referendum" da Diretoria;
- c) autorizarem a mudança de entidade mantenedora;
- d) autorizarem mudança de sede;
- e) autorizarem mudança de regime, frequência e ampliação das instalações.

Considerando, ainda, que a Portaria nº 302/54 já havia autorizado os inspetores seccionais a decidirem, "ad referendum" da Diretoria, a respeito do funcionamento de novos estabelecimentos, pode-se dizer que foi consideravelmente simplificado o processo administrativo relativo à abertura e ao funcionamento de ginásios e colégios, o que veio contribuir para a ampliação da rede escolar secundária no país, tanto que em 1956, foram autorizados a funcionar 112 estabelecimentos, em 1957, 193, e em 1958, 271, atingindo os pedidos de abertura no corrente ano à cifra de 371, dos quais 100 foram indeferidos, por não atenderem às condições regulamentares mínimas.

Com êsse aumento, atingiu o total de ginásios, em todo o país, a 1852, e de colégios, a 669. Os Estados que maior expansão registraram foram S. Paulo, que atingiu a 659 estabelecimentos, Minas Gerais, 401, Rio Grande do Sul, 243, Distrito Federal, 205 e Rio de Janeiro, 156.

Em obediência ainda ao plano de descentralização, a Secção de Prédios e Aparelhamentos Escolares, atendendo a recomendação da Diretoria, está transferindo para as Inspetorias Seccionais os processos de ginásios e colégios, que se acumulavam em seus arquivos, tendo sido observados nessa remessa cuidados especiais, que garantem a conservação naquela Secção de dados fundamentais para o cadastro.

Todo êsse serviço da referida Secção foi facilitado graças à elaboração, pela chefia da mesma, de instruções minuciosas, encaminhando modelos de comunicados, formulários e fichas.

1.3 Noutro setor, ainda se fez sentir de modo efetivo, em 1958 a descentralização administrativa. Referimo-nos à Secção de Fiscalização da Vida Escolar, que se incumbe de conferência de vida escolar de estudantes matriculados em cursos superiores, comerciais, industriais e outros, tarefas, que, pela Portaria nº 800/58 passaram à responsabilidade das Inspetorias Seccionais, o que possibilitará o cumprimento mais exato da Lei nº 1.295, de 27.12.50, facilitando consideravelmente o andamento dos processos, até então muito complexo e demorado, de obtenção de documentos relativos à vida escolar.

2. - Novas Inspetorias Seccionais - Quando assumimos a Diretoria do Ensino Secundário, encontramos em funcionamento 26 Inspetorias Seccionais, que são órgãos representativos do Ensino Secundário em todas as unidades da Federação, para o desempenho de várias funções que antes se acumulavam nesta Diretoria. Problemas das mais diversas regiões do país, de todos os estabelecimentos de ensino vinham às Seções da Diretoria que não podiam dar conta, com a presteza que se impunha, de suas múltiplas atividades.

Hoje, da maioria desses problemas se encarregam as Inspetorias Seccionais, de acordo com instruções gerais que recebem do órgão central.

Tivemos, por isso, a preocupação de completar o número das referidas Inspetorias que estava previsto no Regimento Interno da Diretoria.

Assim, instalaram-se em 1957 e 1958, as Inspetorias Seccionais de:

DISTRITO FEDERAL
BELEM
VITORIA

TERESINA
ARACAJU
CUIABA

MANAUS
PASSO FUNDO
CAMPOS

3. - Nova orientação da Inspeção Federal

3.1 Pela Portaria nº 373/57, foi dada nova orientação à inspeção federal, acentuando suas funções de assistência pedagógica, de acôrdo com o disposto na Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Já no corrente ano, passou a funcionar o novo regime de acôrdo com os planos de trabalho apresentados pelas Inspetorias Seccionais, aprovados pela Diretoria, através da Seção de Inspeção, que coordena a atuação das Seccionais e, por seu intermédio, dos inspetores em geral.

Obedece a nova orientação ao princípio de que a inspeção permanente se deve restringir ao mínimo. Assim, em vez de manter, para cada estabelecimento, determinado inspetor, para visitas periódicas, que se limitavam em geral a serviço de rotina, estão êsses servidores sendo lotados nas Inspetorias Seccionais, às quais prestam colaboração técnica, sendo também por elas designados para trabalhos específicos nos ginásios e colégios, de acôrdo com as necessidades maiores do serviço e também com as suas especializações técnicas. Assim, a inspeção federal começa a cuidar do ensino pròpriamente dito, das atividades pedagógicas e didáticas, da orientação do trabalho escolar, mais que da simples fiscalização formal e burocrática.

3.2 - Inspetores novos. Foram admitidos, em 1957 e 1958, 27 inspetores, escolhidos exclusivamente dentre os habilitados em concurso pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

Apesar disso, o número dêsses servidores, ~~que~~ é de 1 055 para 2.558 estabelecimentos, sendo que menos de 1 000 estão em exercício. Os restantes estão ocupando cargos eletivos, realizando cursos especializados no estrangeiro ou à disposição de outras repartições federais.

Esse número está ainda muito longe de atender às exigências do trabalho.

Na impossibilidade atual de aumentar a tabela numérica respectiva, pretende a Diretoria iniciar, em 1959, um serviço de inspeção volante, com aproveitamento de inspetores de certos Estados para outros, onde mais fazem falta, e por períodos de 1, 2 a 3 meses, em trabalho intensivo.

Maior autonomia dos estabelecimentos de ensino

Ainda dentro do princípio de restringir ao mínimo a inspeção permanente e também com o objetivo de dar maior autonomia aos estabelecimentos de ensino, vem a Diretoria do Ensino Secundário adotando o sistema de assinar convênios com os mesmos, quando ofere-

2-558
1 000
1558

cem plenas garantias de bom funcionamento, dando a seus diretores autonomia para assumirem o encargo e as responsabilidades do cumprimento exato das leis e regulamentos, em substituição ao inspetor federal. Nestes casos, a inspeção se reduz apenas a exames espaçados do andamento da vida escolar. Esse regime, valorizando a autoridade do diretor e premiando os estabelecimentos que tem melhor orientação administrativa e pedagógica, vem dando os mais promissores resultados. Até a presente data, encontram-se sob esse regime 103 estabelecimentos, dos quais em S. Paulo (58), Espírito Santo 7, Ceará (5) e Estado do Rio 2.

4. - Reforma da Portaria nº 501, de 19 de maio de 1952

Iniciamos no corrente ano estudos para a reforma da Portaria nº 501, de 19 de maio de 1952, que consolidou a regulamentação do ensino secundário. O objetivo dessa reforma é simplificar, e atualizar a regulamentação, dando maior flexibilidade aos processos escolares, mais liberdade às administrações escolares, de acordo com a orientação geral que vem sendo obedecida.

Esperamos apresentar à consideração do Senhor Ministro, no próximo ano, o resultado deste trabalho.

5. - Fundo Nacional do Ensino Médio

5.1. - Em março de 1958, teve início o pagamento da 1a. quota da suplementação dos salários dos professores relativa ao ano anterior. A 2a. quota foi paga a partir de setembro e está sendo efetuada à medida que os estabelecimentos apresentam a prestação de contas da 1a. quota, estando os processos de pagamento em fase final.

O total da suplementação atingiu aproximadamente a Cr\$68.000.000,00 (sessenta e oito milhões de cruzeiros), distribuídos na base de 50%, tendo sido beneficiados 7914 professores.

As unidades da Federação que receberam maior cota foram : São Paulo, Cr\$21.889.401,30, Distrito Federal, Cr\$12.899.320,60, Rio Grande do Sul, 8.153.931,00 e Minas Gerais, 6.379.291,50.

O processo de pagamento da suplementação dos salários dos professores é por sua natureza complexo e demorado, face ao regulamento em vigor, e pelo atraso dos depósitos, na conta do Fundo, dos recursos destinados àquele fim.

5.2. - O pagamento do auxílio direto aos estabelecimentos só pôde ser regularizado, a partir do corrente ano, depois de esclarecidas pelo Conselho de Administração do Fundo as dúvidas surgidas no setor de Contabilidade desta Diretoria. Foram ultimados os pagamentos relativos a 1955, estando em fase adiantada os relativos a 1956, que só não foram completados por dependerem, em alguns

casos, de prestação de contas pelos beneficiários dos auxílios anteriores. Pelo mesmo motivo, estão em atraso os auxílios diretos de 1957.

Foram dispendidos, em 1957, com êsses auxílios, Cr\$2863.26500

5.3. O setor de obras e equipamentos do Fundo Nacional do Ensino Médio, da Diretoria do Ensino Secundário, recebeu, somente em 1958, 2 606 processos, providenciou a assinatura de 653 convênios e o pagamento de auxílios no valor de Cr\$103.895.150,00 (verba orçamentária e própria do Fundo). Foram pagos 39 auxílios para bolsas e equipamento de estabelecimentos oficiais num total de Cr\$16.453.843,40, e outros, de estabelecimentos particulares, no valor de Cr\$5.933.000,00, todos correspondentes aos exercícios de 1955, 1956 e 1957, auxílios êsses que estavam dependendo do cumprimento de exigências legais.

5.4. Por intermédio da Seção de Orientação e Assistência, foram distribuídas, em todo o país, 16.775 bolsas de estudos da verba própria do Fundo Nacional do Ensino Médio, no valor de Cr\$99.437.465,00, de acôrdo com o quadro anexo.

5.5. A Diretoria do Ensino Secundário tomou a iniciativa de propor ao Conselho de Administração do Fundo Nacional do Ensino Médio que todos os auxílios especificados na lei orçamentária, para estabelecimentos de ensino médio, fossem compensados em bolsas de estudo, às quais foi dado o nome de bolsas de compensação, para distingui-las das bolsas concedidas pela verba própria do Fundo. Assim, além da verba específica destinada no orçamento para bolsas de estudo e que atingiu, para todo o ensino médio, a Cr\$240.000.000,00, serão convertidas nesse tipo de auxílio a estudantes com falta ou deficiência de recursos, as vultosas dotações que o Congresso distribuiu diretamente a escolas de grau médio, para obras e equipamento e que só em 1958 atingiram a Cr\$261.600.000,00 (Adendo D).

A iniciativa desta Diretoria, aprovada pelo Conselho do Fundo, foi objeto da Portaria Ministerial nº 100, de 28 de fevereiro de 1958. As bolsas de compensação representarão, a partir de 1959, quando começarão a ser concedidas, considerável aumento dêste tipo de auxílio que se calcula, para o referido ano, em cêrca de 20.000 bolsas.

5.6. Os trabalhos do F.N.E.M., desta Diretoria, são realizados através de 34 Comissões Regionais, sob o contrôle geral da Comissão Assessora.

A distribuição das bolsas de estudo é confiada a 31 Comissões de Assistência Educacional, nos Estados. No Distrito Federal e

Estado do Rio de Janeiro, foi confiada, mediante Convênio, à Fundação do Ensino Secundário.

A Comissão Assessora, além dos trabalhos já enumerados, orienta, por meio de instruções, conferências e informações, as Comissões Regionais, as Comissões de Assistência Educacional, as Inspetorias Seccionais e a administração dos estabelecimentos, sobre o regulamento do F.N.E.M.

6. A Seção de Orientação e Assistência, da Diretoria, cuja função é coordenar e orientar a difusão da orientação educacional e profissional, o desenvolvimento de atividades complementares do ensino, o desenvolvimento da assistência médico-social a alunos e professores, os serviços dos órgãos incumbidos da distribuição de bolsas de estudos e outros tipos de gratuidades escolares, e prestar assistência técnico-pedagógica aos estabelecimentos de ensino, etc, começa a reorganizar-se de forma a poder atender aos seus importantes objetivos.

Os trabalhos sobre bolsas de estudo, a que já nos referimos, o encaminhamento de 2 217 solicitações de gratuidades aos colégios, em 1958, as recomendações aos Inspetores Seccionais relativas a atividades cívicas e culturais, foram as suas principais tarefas no corrente ano.

Mais amplas atividades, como a assistência educacional ao bolsista e a orientação profissional dos alunos da escola secundária, estão sendo planejadas, para execução em 1959. Voltaremos a êsses assuntos noutra parte desta exposição.

7. A Seção de Pessoal Docente e Administrativo expediu em 1958, 5.354 certificados de registro, assim especificados:

De professores	-	4.053
De diretores	-	632
De secretários	-	669

CAMPANHA DE APERFEIÇOAMENTO E DIFUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM 1958

A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) realizou numerosas atividades, em todo o país, de acordo com os seus objetivos.

7.1. - Cursos - Foram levados a efeito 19 cursos de orientação de professores para exames de suficiência.

Tais cursos representam uma contribuição grande à formação do nosso magistério. São cursos intensivos de um mês, com 7 horas de trabalho diário, incluindo aulas de conteúdo das várias disciplinas do currículo, aulas de Didática geral e especial, seminários, debates

e exames.

Só em 1958, o comparecimento aos cursos de orientação foi de 3491, tendo sido habilitados 1697 candidatos, que assim alcançaram condições para a obtenção do registro de professor.

Os cursos de orientação, que se destinam especialmente às regiões do país onde não há Faculdades de Filosofia, estão em grande parte suprindo as necessidades do ensino, no que diz respeito ao recrutamento do pessoal docente do interior do país, e dêsse modo procurando atender ao acentuado aumento da rêde escolar nas várias unidades da Federação.

Ainda para professores, mas já possuidores de registro, ministrou a CADES vários cursos de aperfeiçoamento: para professores de Química, em Pôrto Alegre e Belo Horizonte, de várias outras disciplinas, incluindo didática, em Juiz de Fora, Pôrto Alegre, Fortaleza, Recife, S.Carlos, S.Luiz e Natal.

- Para aperfeiçoamento de inspetores federais, realizou-se um estágio de um mês nesta Capital.

- 10 Jornadas de Estudos de Diretores de Estabelecimentos, em Fortaleza, Goiânia, Aracaju, Belo Horizonte, Vitória, Guaxupé, São José do Rio Preto, Manaus, Maceió e S.Paulo.

As Jornadas de Estudos tem despertado vivo interêsse dos diretores de colégios, pela oportunidade que lhes é oferecida de examinar problemas específicos de administração escolar, pedagógicos e de educação em geral, e de maior aproximação e intercâmbio de experiências dessas autoridades de ensino.

- Ainda com o objetivo de aperfeiçoamento da administração escolar, houve em 1958, 16 cursos para Secretários de estabelecimentos de ensino.

- A CADES, em cooperação com a Fundação Getulio Vargas, realizou em 1958 estágios periódicos de aperfeiçoamento para professores, no Colégio Nova Friburgo. Aos estágios tem comparecido professores de todo o país, dando-se-lhes, desta forma, oportunidade para se aperfeiçoarem nas materias de suas especialidades e em outras atividades relacionadas com o ensino.

- Sob o patrocínio da CADES, continuam os cursos de aperfeiçoamento e orientação através da Rádio Ministério da Educação, sob o titulo "Colégio do AR", com um número de ouvintes superior a 10.000 professores.

- A CADES cooperou com os professores de Recife para a realização do Congresso de professores de Filosofia, dando-lhes auxílio financeiro.

- Em julho, foi realizada uma maratona com a participação de todos os alunos do Estado do Rio de Janeiro.

- Foram concedidos 4 bolsas de estudo no estrangeiro para as seguintes especialidades: 2 para orientação educacional, 1 para Ciências Físicas e Naturais, 1 para inglês.

- Também um encontro de Mestres, para exame de questões pedagógicas e didáticas, teve lugar na capital de S. Paulo.

Publicações - A CADES editou as seguintes publicações, em 1958:

1. Didática Especial de Geografia +
2. " " " Física +
3. " " " Canto Orfeônico +
4. " " " Prática de ensino +
5. Manual do Secretário
6. Educação Cívica (2ª edição)
7. Nomenclatura gramatical brasileira
8. Programas para exames de suficiência de Português, Latim, Francês, Inglês, Ciências Naturais, História, Geografia e Desenho.
9. Didática especial de Latim +
10. " " " Grego +
11. " " " Ciências Naturais +
12. " " " Química +
13. " " " Filosofia +
14. Apostilas de Desenho, Matemática, Português, Latim, Inglês, Francês, Ciências, História e Geografia.

Revista "Escola Secundária" - A publicação periódica "Escola Secundária", que é distribuída a todos os educandários do país e que trata de assuntos do ensino secundário relativos a todas as disciplinas, teve editados, em 1957, os seus números 3, 4 e 5, estando em preparo os números 6 e 7.

Reunião dos Inspectores Seccionais - Convocou a Diretoria, de 4 a 11 de maio, todas as Inspectores Seccionais, nesta capital, para exame de problemas administrativos e técnicos e debates sobre os novos empreendimentos da CADES.

Cooperação com as Inspetorias Seccionais - Em 1958, a CADES destinou substancial dotação para a manutenção dos serviços a cargo das Inspetorias Seccionais, tendo em vista que no primeiro ano da descentralização nem todas as despesas puderam ser enquadradas no orçamento federal.

IIº - Congresso Nacional de Matemática - Para a publicação dos "Anais do Segundo Congresso de Matemática", destinou a CADES um auxílio de Cr 50.000,00.

Estágios sobre museus - A CADES colaborou na realização de um "estágio sobre museus", realizado no Distrito Federal sob o patrocínio do Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (IBEC).

Educação cívica - Com a colaboração de técnicos do MEC, a CADES está elaborando um plano de incremento da educação cívica.

Laboratórios de Ciências Experimentais - Em cooperação com a Associação de Educação Católica, a CADES está desenvolvendo um plano de trabalho destinado a possibilitar aos colégios secundários a importação, a baixo custo, de laboratórios especializados de Ciências Físicas e Naturais.

Além disso, ofereceu, a título de doação, pequenos laboratórios de química a cinquenta (50) estabelecimentos de ensino secundário do país, principalmente aos do interior, cujos recursos financeiros não lhes possibilitam adquirir esse material por conta própria.

Fichas técnicas - Por intermédio de sua seção de Prédios e Aparelhamentos Escolares, em 1958, com o auxílio da CADES, a Diretoria deu início à execução do programa que traçou de elaboração de fichas técnicas para o ensino secundário. Trata-se de publicações que devem orientar as escolas sobre a organização de suas diversas dependências, nos moldes pedagógicos mais indicados. É um trabalho que reflete a orientação que temos procurado imprimir aos serviços da Diretoria no sentido de transformá-los em órgãos mais técnicos que burocráticos. A referida Seção, que se resumia a trabalhos de rotina, referentes à verificação das exigências regulamentares sobre as instalações e o funcionamento dos ginásios e colégios, está se reorganizando para se constituir em um órgão de assistência e orientação pedagógica.

O programa das fichas técnicas será pouco a pouco desenvolvido de modo a abranger todos os setores de um estabelecimento de ensino secundário, oferecendo-lhe modelos para as construções escolares, as instalações materiais, os gabinetes técnicos, as salas especiais etc.

Em 1958, foi publicada a primeira ficha técnica referente à biblioteca, que dá instruções práticas para a instalação desse serviço numa escola secundária.

Em fase final está a elaboração da ficha técnica de geografia, cujos originais acabam de nos ser entregues.

Esse trabalho vem sendo efetuado por comissões de especialistas e professores da disciplina respectiva.

No corrente ano foram designadas as comissões que irão organizar as fichas de Ciências, Línguas Vivas, Física, Química e História Natural.

Projetos de Ginásios - Com o mesmo objetivo do item anterior, a Diretoria, por intermédio da Seção acima referida, planejou o lançamento de fichas técnicas, com as respectivas maquetes, relativas a tipos de construção escolar para ginásios. O plano compreende três tipos:

1. Um ginásio apresentando condições mínimas, com capacidade para 200 alunos, destinado a pequenas cidades do interior do país.

2. Um ginásio para 100 alunos internos, 50 semi-externos e 100 externos, também de condições mínimas, para o interior.

3. Um ginásio com todos os requisitos necessários a um externato modelar.

O primeiro tipo já foi lançado. As plantas e especificações do segundo, serão entregues à gráfica nesta semana, já tendo sido terminada a respectiva maquete. Começará a ser planejado ainda no corrente ano o terceiro tipo, que esperamos completar até fevereiro ou março do ano vindouro.

Para a realização desse trabalho, a SPAE obteve auxílio da CADES para contratar os serviços de um arquiteto e um desenhista, que trabalham em cooperação com os funcionários e o chefe da Seção.

Orientação educacional - A CADES vem realizando amplo programa para implantar a orientação educacional no ensino secundário.

Cumpramos observar que, prevista na Lei Orgânica, a orientação educacional não havia sido, até o início do nosso programa, regulamentada pelo Ministério.

De início, realizamos um Simpósio em S. Paulo, em 1957, que reuniu os educadores de todo o país mais dedicados a esse importante problema e que definiu os rumos e firmou as primeiras bases para o desenvolvimento do programa em questão.

Seguiram-se àquela iniciativa numerosas atividades, conferências, seminários, publicações, que, como o referido Simpósio, avivaram o interesse pelo problema, encontrando plena receptividade por parte dos especialistas, das direções dos colégios, dos professores, e das Faculdades de Filosofia, que começaram a criar cursos especiais para orientadores educacionais.

Estudados os resultados dos trabalhos acima referidos, propuzemos em 12.3.1958, ao Senhor Ministro a expedição da portaria, que veio a tomar o número 105/58 e que regula a concessão do registro de orientador educacional, instituindo essa função no ensino secundário.

No corrente ano, reunimos um segundo Simpósio, em Pôrto Alegre, que teve mais de 700 participantes e que ofereceu valiosos elementos para o prosseguimento de nossos estudos e realizações.

Ademais, fornecemos auxílios à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Úrsula e à Pontifícia Universidade Católica, do Distrito Federal, para a montagem de laboratórios especializados de orientação educacional.

Simplificação da nomenclatura gramatical

No programa da CADES, incluímos a simplificação e unificação da nomenclatura gramatical da língua portuguesa, que vinha sendo recomendada há muito por filólogos e professôres, principalmente para fins didáticos, como uma necessidade em vista da multiplicidade de orientações observadas no ensino dessa disciplina.

Em portaria nº 152 de 24.4.1957, o Ministro Clovis Salgado designou os eminentes professôres, Antenor Nascentes, Clovis do Rego Monteiro, Celso Ferreira da Cunha, Candida Jucá (filho) e Carlos Henrique da Rocha Lima, catedráticos do Colégio Pedro II, da Faculdade de Filosofia e do Instituto de Educação do Distrito Federal, para estudarem o assunto.

A Comissão, em trabalho intensivo, no fim de três meses, apresentou um ante-projeto, sugerindo ao mesmo tempo que fossem ouvidas as entidades e os professôres interessados na matéria.

O ante-projeto foi editado pela CADES em 10.000 volumes, que foram distribuídos de acôrdo com as recomendações da Comissão.

Apresentadas as sugestões, o Ministro Clovis Salgado houve por bem, ainda, oferecer o ante-projeto ao exame dos Secretários de Educação dos Estados e do Distrito Federal, reunidos nesta Capital.

Estudadas as sugestões, a Comissão concluiu o projeto final, cuja impressão está concluída, devendo ser distribuído em breves dias, tendo ainda o Ministro Clovis Salgado, decidido baixar Portaria recomendando a adoção da nomenclatura nos estabelecimentos de ensino.

A iniciativa, que mereceu a melhor atenção do Senhor Ministro, está destinada a prestar os melhores benefícios ao ensino.

Simplificação da nomenclatura da Química e da
nomenclatura e simbologia da Matemática

Ampliando a iniciativa acima referida, o Ministro Clovis Salgado já designou, por proposta desta Diretoria, duas Comissões de especialistas, uma para estudar a uniformização e simplificação da nomenclatura da Química, e outra para o mesmo fim relativamente à nomenclatura e a simbologia da Matemática.

Classes experimentais

Em 14 de Fevereiro do corrente ano, apresentamos ao Senhor Ministro minuciosa exposição propondo fôsse permitido o funcionamento, no ensino secundário, de classes experimentais, com o objetivo de ensaiar a aplicação de novos métodos pedagógicos e processos escolares bem como de tipos de currículo compatíveis com a atual legislação em vigor.

A instituição de classes experimentais vinha sendo reclamada constantemente pelos educadores brasileiros, como uma das medidas de maior necessidade, diante das perspectivas de uma diversificação maior do ensino secundário, que corresponde a uma tendência natural, determinada pelo grande crescimento deste ensino, por sua propagação maior a diversas classes sociais, diversificação que já é prevista nos projetos de lei em curso no Congresso Nacional.

As variedades do currículo nas classes experimentais deveriam ser mantidas, como já acentuamos, nos limites definidos pelos vários cursos médios já reconhecidos, oferecendo assim oportunidade para o ensaio de modalidades do ensino do segundo grau que procurem harmonizar o ensino acadêmico com as tendências a dar ao curso secundário um sentido mais concreto de formação para as tarefas e responsabilidades da vida social e profissional.

Desenvolvia a nossa exposição as características e normas gerais que deviam ter as classes experimentais, concluído por sugerir que, para mais perfeita apreciação de tão importante assunto, fôsse consultado o Egrégio Conselho Nacional de Educação.

Em sessão de 19 de março deste ano, o Conselho aprovou o parecer da Comissão de Ensino Secundário, nº 31, de que foi relator o ilustre conselheiro professor Celso Kelly e que concluía por considerar que "o projeto corresponde aos interesses do ensino, sem contrariar a legislação em vigor".

À mesma conclusão chegou a douta Consultoria Jurídica do Ministério ouvida a respeito.

Aprovado pelo Senhor Ministro o parecer da Consultoria Jurídica, elaborou a Diretoria do Ensino Secundário instruções que

foram enviadas, em 4 de Julho último, a estabelecimentos de ensino da Capital da República e dos Estados.

A receptividade que mereceram essas instruções ultrapassou nossa expectativa, tendo se candidatado à realização da experiência, no próximo ano, 30 ginásios e colégios do Distrito Federal, S. Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará.

Os planos apresentados, já estudados pela Diretoria, estão em exame no Conselho.

Concurso do Dia do Professor

Foi realizado em 1958 o segundo concurso do Dia do Professor instituído pela CADES e destinado à escolha dos melhores trabalhos sobre Didática especial apresentado por professor brasileiro.

O candidato classificado em primeiro lugar terá uma bolsa de estudos, oferecida pela CADES em cooperação com a Embaixada da França, para aperfeiçoamento no Instituto de Estudos Pedagógicos de Sévres.

O segundo e o terceiro classificados receberão prêmio de viagem a uma das capitais do país.

Os melhores trabalhos serão editados para distribuição aos professores.

Casa do Professor

Criada pelo Ministério da Educação e Cultura, a Casa do Professor teve aprovado o seu regimento interno em novembro de 1957, dando início, a essa época, do programa de expansão de suas atividades.

Seus objetivos são, em resumo, oferecer aos professores de todos os ramos e graus, assistência pedagógica e cultural, promover ou acolher a realização de reuniões periódicas para cursos, estudo ou discussão dos assuntos educacionais, funcionando como centro de informações a qualquer educador que solicite esclarecimentos sobre assunto de interesse pessoal, oferecer oportunidade de aperfeiçoamento no país ou no estrangeiro, hospedar em sua sede educadores vindo do interior do país quando em viagens de estudos ou atividades ligadas ao magistério, promover a elaboração de publicações e incentivar a de material didática, desenvolver intercâmbio com instituições culturais e pedagógicas nacionais e estrangeiras, realizar exposições e demonstrações de natureza pedagógica, empenhar-se pelo aperfeiçoamento, bem estar e elevação do prestígio social do professorado.

Atividades desenvolvidas - De princípio, procurou a Casa do Professor dar ciência de seu programa e finalidades a quantos se dedicam ao magistério em nosso país. Por meio da correspondência, entrou em contacto com tôdas as Secretarias de Educação, com os Sindicatos de Professôres e de Diretores de Colégios e Escolas, os Departamento Nacionais e Regionais dos Serviços de Aprendizagem Industrial e Comercial e dos Serviços Sociais do Comércio e da Indústria, pedindo-lhes fossem divulgados seus objetivos entre o professorado. A seguir, depois de impresso seu Regimento Interno, promoveu a sua distribuição aos colégios, escolas e professôres, enviando-lhes informes sôbre o programa a ser adotado. Em uma terceira etapa de seu trabalho, a Casa do Professor fixou as linhas mestras de seu plano para 1958 - 1959, divulgando-o amplamente e dando início à sua execução. Dito programa envolve os seguintes tópicos:

- 1) Abertura de inscrição para os sócios.
- 2) Edição do boletim informativo.
- 3) Criação dos Serviços de Informações.
- 4) Início de instalação da Bilbioteca.
- 5) Instalação dos Comitês Estaduais e do Distrito Federal.
- 6) Acolhida a educadores estrangeiros em visita ao Brasil.
- 7) Promoção, no Rio e nas demais Capitais, de exposições escolares.
- 8) Realizações, pelos Comitês, de conferências para educadores.
- 9) Efetivação, no Rio de Janeiro, de:
 - a) cursos rápidos em regime de internato;
 - b) debates semanais, aos sábados, entre professôres, reunidos por grupos de disciplinas;
 - c) cursos em cooperação com a CADES e a CAEC; e
 - d) cursos de difusão cultural, com inscrição aberta a professôres em exercício e a concludentes dos cursos de preparação para o magistério.
- 10) Estudo de um plano de elaboração de publicações pedagógicas e de incentivo à produção de material didático.
- 11) Adequada comemoração, em todo o território nacional, do Dia do Professor.
- 12) Conveniente divulgação de objetivos da CASA DO PROFESSOR.

Além dos tópicos acima relacionados, está a Casa do Professor empenhada em fundar, junto às sedes das Inspetorias Seccionais, nos vários Estados, Comitês Regionais, com programa próprio, porém articulado com as atividades previstas no Rio de Janeiro.

A comemoração da Semana do Professor, instituída no corrente ano pelo Senhor Ministro, de 9 a 15 de outubro, foi efetuada com grande destaque, nesta capital, com a participação das mais altas autoridades do ensino municipal e federal, tendo culminado com a sessão solene de encerramento, no Teatro Municipal, presidida por S. Excia.

Também nos Estados, foi cumprido o programa de festejos estabelecido.

Salientou-se nas comemorações do Distrito Federal, a I.ª Exposição Pedagógica, realizada no Instituto de Educação, e na qual foram apresentados trabalhos relativos a Geografia e História.

Dentre as atividades da Casa do Professor em 1958, merecem menção especial os Encontros do Magistério, que consistiram em reuniões periódicas de seus associados com o objetivo de estudar e discutir problemas educacionais e aspectos diversos do ensino. Já se verificaram os seguintes:

Geografia Geral e do Brasil	- 1
História Geral e do Brasil	- 1
Matemática	- 3
Ciências Naturais	- 5
Desenho	- 1
Português	- 5
Contabilidade	- 1
Trabalhos Manuais	- 1

O interesse suscitado pelos Encontros do Magistério evidenciou-se apreciável. Magníficos depoimentos e sugestões foram coletados para posterior divulgação entre os professores. Alguns relatórios merecem mesmo tratamento especial, fazendo jus a publicações adequadas.

- Na segunda quinzena de Dezembro realizar-se-à a segunda parte da I Exposição Pedagógica sobre trabalhos de Ciências Naturais; Trabalhos Manuais e Desenho.

Dotações orçamentárias
para 1958

Vide cópia (anexa) da parte do orçamento relativa à Diretoria do Ensino Secundário. A aplicação das dotações orçamentárias foi justificada no capítulo anterior, relativa às atividades em 1958.

Sugestões de medidas para os planos do Governo no ano vindouro.

Prosseguimento da descentralização administrativa - Pretende a Diretoria prosseguir, em 1959, em seu programa de descentralização administrativa, transferindo novas verbas para as Inspetorias Seccionais.

Plano de desenvolvimento do ensino - É intenção da Diretoria apresentar, ao Senhor Ministro, ainda no corrente ano, para execução no próximo, se merecer a aprovação de S.Exa., anteprojeto de Portaria Ministerial que visa a atribuir às Congregações ou, na falta destas, aos corpos docentes dos estabelecimentos, a atribuição de elaborar os programas desenvolvidos das diversas disciplinas do ensino secundário, baseados nos programas mínimos oficiais,

Essa providência dará mais autonomia aos estabelecimentos, valoriza o trabalho e a responsabilidade dos professores, tornará mais flexível os programas.

Funcionamento de classes experimentais - Conforme já anunciado em capítulo anterior, espera a Diretoria que venham a funcionar, em 1959, classes experimentais, em mais de 20 ginásios e colégios do país, que, desta forma, vão colaborar numa pesquisa que poderá oferecer elementos para uma verdadeira renovação pedagógica do ensino secundário.

Inspeção federal - Continuará, no ano vindouro, o trabalho da Diretoria no sentido de tornar mais eficiente, no sentido da orientação pedagógica, a inspeção federal.

Ampliar-se-á, sob o controle da Seção de Inspeção, o regime de Convênios, para transferência dos encargos da inspeção para a responsabilidade dos próprios diretores dos educandários, supervisionados esses encargos pelas Inspetorias Seccionais.

Reforma da Portaria 501, de 19-5-52

A reforma da Portaria ministerial, nº 501 de 19-5-52, prevista para o próximo ano, visa dar maior mobilidade aos processos escolares, contribuindo para a descentralização administrativa e pedagógica.

Serviço de Assistência aos Bolsistas - Está planejado, para ter início em 1959, sob a orientação da Seção de Orientação e Assistência, o Serviço de Assistência aos bolsistas selecionados pelo Ministério da Educação.

A assistência ao bolsista, prevista no § 1º do artigo 26 do decreto nº 37.494, de 1955, e para a qual já foi elaborado

um projeto de portaria ora em estudo, deverá ser dada por pessoal especializado, através das Comissões regionais e de assistência educacional com a cooperação dos serviços públicos assistenciais e das instituições e escolas de Serviço Social que existam nas localidades. É pensamento da referida Seção estendê-la, tanto quanto possível, a todo o país, mediante planos anuais de trabalho e de previsão de despesas, em que sejam considerados, no âmbito de cada região, os recursos das comunidades e as disponibilidades orçamentárias.

Orientação educacional - Será ampliada o programa de incentivo e implantação da orientação educacional. Além da intensificação das atividades já iniciadas, como simpósios, conferências, seminários, cursos, etc., pretende a CADES prestar auxílio financeiro às Faculdades de Filosofia para que instalem cursos de formação de orientadores educacionais e distribua^M bolsas de estudos para aqueles que desejem aperfeiçoar-se, nessa especialidade.

Orientação profissional - A orientação profissional é um complemento necessário da orientação educacional, cujos princípios básicos e diretrizes vêm sendo difundidos pela CADES.

Espera a Diretoria criar, no próximo, um serviço de orientação profissional na escola secundária, na Seção de Orientação e Assistência, com a cooperação da CADES, e cujo objetivo inicial é dar ênfase aos aspectos vocacionais da orientação a ser dada nas escolas, e, especialmente, ao discipulado do ginásio, onde mais se faz sentir a sua necessidade.

Como providência inicial, a chefia da Seção acima referida está cogitando da elaboração de um caderno nos moldes dos "Cadernos de Orientação Educacional" distribuídas pela CADES, para difusão dos princípios básicos e das diretrizes genéricas e específicas da orientação profissional.

Desenvolvimento das atividades complementares - Várias atividades complementares já vêm executando os colégios, mas, com frequência, sem orientação verdadeiramente educativa.

A Seção de Orientação e Assistência desta Diretoria, propõe-se ao estudo desse problema precedido de um inquérito acerca das condições e das limitações em que tais atividades estão sendo promovidas ou incentivadas entre os alunos.

É ainda objetivo da mesma Seção encarar o problema das associações estudantis, destinadas a atividades extra-escolares, tendo em vista o exame dos aspectos em que interdependem a educação escolar e a extra-escolar, devendo para isso articular-se com o Departamento Nacional de Educação.

Educação moral e cívica - Pretende a Diretoria dar início, em 1959, em termos objetivos, a um trabalho de orientação e difusão da educação moral e cívica no ensino secundário, com base no trabalho, de feição geral e teórica, apresentado pelo ilustre professor Paulo Sá, por solicitação da CADES e por êste órgão já amplamente divulgado.

Cursos de orientação e de aperfeiçoamento - Serão aumentados, em 1959, os cursos de orientação para exames de suficiência.

Ao mesmo tempo, está programada a ampliação, em grande escala, de cursos de aperfeiçoamento a serem realizados, sob várias modalidades em todo o país.

Centros de Ciências experimentais - Considerando a necessidade de tornar mais efetiva a formação científica no ensino secundário, com vistas ao preparo básico para a formação de futuros técnicos especializados, de que tanto depende o desenvolvimento econômico do país, pretende a Diretoria, em consonância com os planos gerais do Ministério relativos à educação para o desenvolvimento, uma das metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, priorizar em 1959 dois Centros de Ciências Experimentais, no Distrito Federal e em S. Paulo.

Visam os Centros, de modo especial, aperfeiçoar professores das Ciências Experimentais, principalmente na parte prática do ensino, que é ainda das mais deficientes na maioria de nossos estabelecimentos.

Disporão os centros de laboratórios adequados, para uso dos docentes e, se possível, dos próprios estudantes. Sua montagem será com aparelhamento nacional, de preferência simples e de ordem prática, facilitando sua aplicação nos próprios colégios.

Serão organizados cursos práticos intensivos de duração variável, tanto nos Centros, como nos próprios Colégios que já tenham laboratórios equipados.

Serão oferecidas bolsas de estudos aos professores do interior do país para frequência aos referidos cursos.

Laboratórios de Ciências Naturais, Física e Química. - O contacto permanente que a Diretoria mantém com os estabelecimentos de ensino secundário de todo o país, quer diretamente, quer através das Inspetorias Seccionais, leva à conclusão de que, de modo geral, as condições dêsses estabelecimentos no tocante aos laboratórios e salas especiais não correspondem às necessidades reais.

Por isso, e tendo em vista que muito educandários não dispõem de recursos para a aquisição de material para seus laboratórios, em geral de alto custo, pretende a Diretoria promover, pela CADES, a aquisição de pequenos gabinetes das referidas disciplinas, no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura de S. Paulo (IBEC), para distribuição aos colégios mais necessitados. Está pre -

vista a aquisição de 100 laboratórios de Ciências, 50 de Química e 50 de Física.

Jornadas de Diretores - Os bons resultados obtidos com a realização das Jornadas de Estudos para Diretores, que, desde 1956 a Diretoria do Ensino Secundário vem promovendo, impõe a continuidade deste empreendimento.

Estas Jornadas têm tido, não o caráter de simples ensinamentos, mas o de debate de problemas educacionais, tendo-se em vista o nível cultural de seus participantes.

Todos os aspectos mais importantes da administração escolar são revistos e discutidos. Conferências realizadas por destacadas figuras do Magistério superior e secundário focalizam aspectos novos da educação como ciência e como arte, os movimentos de reforma de ensino, além dos recursos novos que o Governo vem utilizando para ampliar o campo de suas atividades.

Pretende a CADES levar a efeito outras Jornadas em 1959, atendendo assim ao desejo dos diretores da Capital Federal e do interior do país.

Secretários - Pela Portaria Ministerial nº 960, de 29.10.1954 se requer de todos os secretários dos estabelecimentos de Ensino Secundário uma formação especial em cursos organizados ou supervisionados pela Diretoria do Ensino Secundário.

A CADES, desde 1956, vem realizando estes cursos com uma frequência que tem superado as mais otimistas previsões. Já nos primeiros cursos organizados, era de 500 o número previsto de candidatos, tendo a frequência atingido um número superior a 900. Em 1957, os cursos realizados em 23 cidades tiveram a frequência de 1.200 secretários, despertando o mesmo interesse os cursos realizados em 1958.

Completando as aulas dadas nos Cursos, a Diretoria faz distribuir a todos os alunos-secretários o "Manual do Secretário", que compendia as instruções e a legislação que interessa aos Secretários de estabelecimentos de ensino secundário, de maneira acessível e prática, além de outras publicações que despertam interesse, no sentido de aperfeiçoarem sua cultural geral e especialmente pedagógica.

Em 1959, pretende a CADES realizar mais uma vez estes Cursos com o intento de servir os Secretários das regiões que ainda não foram atendidas.

Formação de Técnicos - Bôlsas para o estrangeiro.

Reconhecendo a importância de proporcionar meios para que professores e técnicos de mérito reconhecido possam fazer es

tudos de aperfeiçoamento no estrangeiro, serão concedidas bôlsas de estudo.

Planeja-se conceder 10 bôlsas, além da que será dada ao professor que tire o 1º prêmio no 3º Concurso Dia do Professor, que se encerrará a 15 de fevereiro de 1959.

A verba destinada a êste fim é de ₧ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros).

Divulgação e Intercâmbio

Publicações e Expedição

Um dos setores mais importantes de nosso programa para o ano de 1959 é o que se refere às publicações.

Não será demais salientar a necessidade urgente e inadiável de se fornecer elementos básicos informativos, que possam levar os professôres a uma renovação constante de seus conhecimentos.

Reconhecemos que a carência de uma formação adequada nos quadros do magistério de nível secundário, constitui um dos pontos mais críticos para o melhor rendimento do ensino.

A leitura de bons livros ou de trabalhos relativos a experiências e a realizações no campo da Pedagogia, parece-nos ser um dos meios capazes de nos levar a atingir o objetivo acima proposto.

Todavia, bem sabemos as dificuldades para a aquisição de uma boa biblioteca especializada. Livros estrangeiros e, mesmo, certas obras de autores nacionais, são de alto custo e difíceis de encontrar à venda.

Dáí ser parte integrante da CADES ampliar as atividades que já vinha desenvolvendo com referência à divulgação de obras pedagógicas.

Com referência ao item DIVULGAÇÃO E INTERCÂMBIO a verba de ₧ 3.000.000,00 prevista deverá ser distribuída por dois campos:

- I) Revista
- II) Apostilas.

Continuar a publicação da REVISTA "ESCOLA SECUNDÁRIA", já em seu 7º número, justifica-se pela aceitação plena que vem tendo em nosso magistério.

O número elevado de pedidos de assinatura e as palavras de louvor e de estímulo, que nos têm sido dirigidas, bem demonstram que, esta publicação de caráter predominantemente didático, está preenchendo uma lacuna até então existente.

Pretendemos, pois, elevar a tiragem para 7.000 exemplares, ou mais, conforme necessidades surgidas.

Quanto às APOSTILAS, constituem material didático de grande valia para o maior rendimento dos Cursos de Orientação para os Exames de Suficiência.

São estes cursos realizados num mínimo de tempo, conforme já foi explanado anteriormente, e todo material informativo e esclarecedor das aulas deve ser fornecido, preferentemente, para evitar maiores perdas de tempo com tomadas de notas em aula.

Há necessidade, pois, de serem reeditadas algumas das apostilas já existentes e serem organizadas outras, por novas equipes de professores.

Quanto ao item relativo a PUBLICAÇÕES E SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO, cuja verba foi estimada em R\$ 4.000.000,00, cumpre-nos esclarecer, primeiramente, que algumas atividades do ano anterior terão prosseguimento.

Assim, pretendemos reeditar os seguintes trabalhos:

- I) EDUCAÇÃO CIVICA, do Prof. Paulo Sá
- II) MANUAL DO SECRETÁRIO
- III) DOCUMENTÁRIO (2 números)
- IV) NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA.

Projetamos, outrossim, continuar a prestar auxílio à Seção de Prédios e Aparelhamentos Escolares para a publicação das fichas técnicas.

Quanto às DIDÁTICAS ESPECIAIS das matérias do curso secundário, premiadas nos dois concursos "DIA DO PROFESSOR", realizados em 1956 e 1957, serão também reeditadas de acordo com as necessidades. Há que considerar, ainda, as que serão premiadas no 3º Concurso que se encerrará a 15 de fevereiro de 1959.

Além disso, projetamos dar início a algumas atividades novas. É nosso pensamento destinar parte da verba à TRADUÇÃO DE DOIS OU TRÊS LIVROS DE EDUCADORES ESTRANGEIROS, trabalhos estes que sejam considerados de mérito e cuja leitura seja de grande importância para a renovação pedagógica do professorado brasileiro.

Quanto à orientação educacional, serão publicados dois volumes para divulgação dos trabalhos e dos resultados dos dois simpósios já realizados.

Com a finalidade de trazer nosso professorado a par dessas experiências e das que se realizam no estrangeiro, pareceu-nos oportuna a idéia de dar início à publicação de um BOLETIM INFORMATIVO, que servisse de veículo e de intercâmbio de idéias, experiências e sugestões.

Como também, o desenvolvimento das atividades relativas à Educação Moral e Cívica deverá merecer nossa especial atenção,

nesse Boletim Informativo haverá uma parte destinada à divulgação dos assuntos pertinentes.

Finalmente, parte da verba deverá ser destinada ao SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO.

Colégio do Ar. - Será mantido e ampliado, em 1959, para incluir um curso de educação cívica.

Casa do Professor - Prosseguirá no programa traçado.

Justificação das verbas para 1959. As dotações orçamentárias solicitadas pela Diretoria visa especialmente consolidar o sistema da descentralização administrativa das Inspetorias Seccionais e desenvolver o programa da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário.

Para atender a êsses objetivos, sua dotação elevou-se de 201.786.260,00 a 297.585.260,00.

Quanto às Inspetorias Seccionais, foram considerados principalmente os problemas relacionados com as instalações, mobiliário e pessoal auxiliar.

Relativamente à CADES, a fundamentação já ^{foi} feita no capítulo anterior.

Tôdas as justificações das verbas para 1959 foram feitas na proposta orçamentária, que foi aprovada pela Divisão de Orçamento, pelo DASP e pelo Congresso.

As dotações para 1959 possibilitarão à Diretoria executar um vasto plano de trabalho, de acôrdo com a orientação geral traçada pelo Ministério.

BÔLSAS DE ESTUDO 1958

<u>ESTADOS</u>	<u>Nº DE BÔLSAS</u>	<u>QUOTAS</u>
ACRE	8	150.000,00
ALAGÔAS	615	2.060.000,00
AMAZONAS	151	1.465.000,00
BAHIA	969	9.941.055,00
CEARÁ	1366	4.700.000,00
ESPÍRITO SANTO	659	2.550.000,00
GOIÁS	333	1.810.000,00
MARANHÃO	750	2.500.000,00
MATO GROSSO		1.300.000,00
BELO HORIZONTE MG	1146	7.520.000,00
GUAXUPÉ MG	476	1.602.420,00
JUIZ DE FORA MG	745	3.160.730,00
TRÊS CORAÇÕES MG	166	1.200.000,00
UBERABA MG	163	1.000.000,00
PARÁ	600	2.800.000,00
PARAÍBA	453	2.300.000,00
PARANÁ	176	1.300.000,00
PERNAMBUCO	794	4.000.000,00
PIAUI	722	2.400.000,00
RIO GRANDE DO NORTE	192	1.600.000,00
PÔRTO ALEGRE RGS	617	5.000.000,00
PELOTAS RGS	61	400.000,00
SANTA MARIA RGS	90	1.600.000,00
SANTA CATARINA	377	1.857.000,00
SAO PAULO SP	1048	7.500.000,00
BAURU SP	253	1.288.460,00
CAMPINAS SP	454	1.448.800,00
ITAPETININGA SP	83	500.000,00
OURINHOS SP		450.000,00
RIBEIRÃO PRETO SP	111	1.100.000,00
SÃO CARLOS SP	244	1.400.000,00
SÃO JOSE DO RIO PRÊTO SP	190	900.000,00
TAUBATE SP	261	800.000,00
SERGIPE	453	1.900.000,00
DISTRITO FEDERAL	1276	11.024.000,00
RIO DE JANEIRO	780	6.000.000,00
DESP. PREV. ASSIST. BOLST.		910.000,00
	16.775	99.437.465,00

Dotações orçamentárias
para 1958

Diretoria do Ensino Secundário

DESPESAS ORDINÁRIAS

Verba 1.0.00 - Custeio

Consignação 1.1.00 - Pessoal Civil

Subconsignações:

1.1.01 - Vencimentos.....	4.425.600	
1.1.04 - Salários de mensalistas....		118.276.800
1.1.09 - Ajuda de custo.....		809.600
1.1.10 - Diárias.....		2.370.000
1.1.14 - Salário Família.....		5.656.000
1.1.15 - Gratificação de função.....	7.008.000	
1.1.17 - Gratificação pela prestação de serviço extraordinário..		50.000
1.1.23 - Gratificação adicional por tempo de serviço.....	4.354.160	
	<u>15.787.760</u>	<u>127.162.400</u>
Total da Consignação 1.1.00	<u>142.950.160</u>	

Consignação 1.3.00- Material
de Consumo e de Transformação

Subconsignações:

1.3.02 - Artigos de expediente, dese- nho, ensino e educação.....		2.160.000
1.3.03 - Material de limpeza, conser- vação e desinfecção.....		85.000
1.3.04 - Combustíveis e lubrifican- tes.....		40.000
1.3.05 - Materiais e acessórios de má- quinas, de viaturas e de apa- relhos.....		47.000
1.3.14 - Material para acondicionamen- to e embalagem.....		<u>61.000</u>
Total da Consignação 1.3.00		<u>2.393.000</u>

Consignação 1.4.00- Material
Permanente

Subconsignações:

1.4.03 - Material bibliográfico em ge- ral; filmes.....		30.000
1.4.11 - Modelos e utensílios de es- critório, biblioteca, ensino, laboratório e gabinete téc- nico ou científico.....		665.000
1.4.12 - Mobiliário em geral.....		<u>500.000</u>
Total da Consignação 1.4.00		<u>1.195.000</u>

Consignação 1.5.00 - Serviços de
Terceiros

Subconsignações:

1.5.01 - Acondicionamento e transporte de encomendas, cargas e animais em geral.....	112.000
1.5.02 - Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens.....	1.530.000
1.5.03 - Assinatura de órgãos oficiais e de recortes de publicações periódicas.....	43.700
1.5.05 - Serviço de asseio e higiene; taxas de água, esgoto e lixo.....	987.000
1.5.06 - Reparos, adaptações, recuperação, conservação de bens móveis.....	30.000
1.5.07 - Publicações, serviços de impressão e de encadernação.....	1.405.000
1.5.11 - Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte postal e assinatura de caixas postais.....	500.000
1.5.12 - Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros.....	<u>2.100.000</u>
Total da Consignação 1.5.00	<u>6.707.700</u>

Consignação 1.6.00 - Encargos Diversos

Subconsignações:

1.6.01 - Despesas miudas de pronto pagamento.....	50.400
1.6.13 - Serviços educativos e culturais	
1) Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário.	20.000.000
2) Despesas com os exames de suficiência (Lei nº 2.430, de 19 de fevereiro de 1955).....	1.500.000
3) Despesas de qualquer natureza com a manutenção das Inspetorias Seccionais.....	<u>3.000.000</u>
Total da subconsignação 1.6.13	<u>24.500.000</u>
Total da Consignação 1.6.00..	<u>24.550.400</u>
Total da Verba 1.0.00.....	<u>177.796.260</u>

Verba 2.0.00 - Transferências
 Consignação 2.1.00 - Auxílios e Sub-
 venções

Subconsignações:

2.1.01 - Auxílios

7 - Outras Entidades

1) Campanha Nacional de Educan - dários Gratuitos (Lei nº 1.911, de 22.7.1953).....	<u>20.000.000</u>
Total da Consignação 2.1.00.....	<u>20.000.000</u>
Total da Verba 2.0.00	<u>20.000.000</u>
Total das Despesas Ordinárias.....	<u>197.796.260</u>

Despesas de Capital

Verba 4.0.00 - Investimentos

Consignação 4.2.00 - Equipamento e
 instalações

Subconsignações:

4.2.01 - Máquinas, motores e aparelhos.....	<u>3.990.000</u>
Total da Consignação 4.2.00.....	<u>3.990.000</u>
Total da Verba 4.0.00	<u>3.990.000</u>
Total das Despesas de Capital.....	<u>3.990.000</u>
Total Geral.....	<u>201.786.260</u>